

# Jornalismo: entre a busca por uma epistemologia própria e a necessidade de afirmação profissional e de pesquisa

## *Journalism: between the search for an epistemology and the need for professional and research affirmation*

### Ana Lúcia Migowski da Silva

anamigo@gmail.com

Comunicadora Digital, mestre em Comunicação e Informação (UFRGS) e doutoranda em Sociologia (Justus-Liebig-Universität Giessen).

### Clarissa Henning

clarissa.henning@gmail.com

Jornalista, mestre em Comunicação e Cultura (UFRJ) e doutoranda em Ciências da Comunicação (Unisinos). Bolsista Capes.

### Moreno Osório

mosorio@gmail.com

Jornalista, especialista em Cinema (Unisinos), mestre em Comunicação (PUCRS) e doutorando em Ciências da Comunicação (Unisinos). Bolsista CNPq.

### Juliana Lisboa

juclisboa@hotmail.com

Jornalista, mestre em Ciência da Comunicação (Universidade Nova de Lisboa) e doutoranda em Ciências da Comunicação (Unisinos).

### Resumo

Este trabalho procura problematizar a constituição do campo do jornalismo em sua necessária relação com fenômenos específicos deste tempo. A partir da contextualização histórica, busca apontar alguns dos elementos da prática jornalística que sobreviveram ao tempo e que marcam nossas discussões científicas. Por outro lado, procuramos destacar algumas das polêmicas que emergem na era das redes e que vêm deslocando a constituição do saber jornalístico tanto na academia quanto no mercado. A apresentação de tais articulações compõe uma entre outras visadas possíveis sobre um campo do conhecimento marcado tanto pela emergência das novas tecnologias e modelos de negócio quanto pela recente vigência de uma outra organização acadêmica e curricular, delineando, portanto, uma nova ecologia jornalística.

**Palavras-chave:** campo do jornalismo, práticas jornalísticas, Diretrizes Curriculares Nacionais.

### Abstract

This paper discusses the constitution of the journalistic field in its necessary relation to specific phenomena of the present time. On the basis of the historical context, it seeks to identify some of the elements of journalistic practice that have survived and mark our scientific discussions. On the other hand, it tries to highlight some of the controversies that emerge in the age of networks and have been displacing the constitution of journalistic knowledge both in the academia and in the market. The presentation of such joints is one among other possible insights on a field of knowledge marked by the emergence of new technologies, business models and also the recent presence of another academic and curricular organization, shaping a new journalistic ecology.

**Keywords:** journalistic field, journalistic practices, National Curriculum Guidelines.

### Introdução

É possível pensar um campo para o jornalismo separado da comunicação? Ou ainda, podemos estabelecer uma epistemologia do jornalismo a partir do campo da comunicação? Qual o papel da prática profissional no estabelecimento de uma episteme jornalística? E mais: quais os desafios impostos a este processo pelos recentes avanços tecnológicos de uma sociedade em rede? Esses e outros questionamentos intrigam pesquisado-

res, professores e estudantes da(s) área(s), principalmente depois do Ministério da Educação instituir, em 2013, as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo. Na tentativa de fornecer elementos para a reflexão e discussão do tema, partiremos de uma breve contextualização histórica acerca dos estudos jornalísticos, para então debater a prática profissional – hoje, mais do que nunca, inserida no universo tecnológico – e a formação oferecida pelas universidades. Revisitar elementos históricos

(sem esgotá-los) e expor algumas das problemáticas que envolvem a constituição do campo disciplinar são movimentos importantes na tentativa de compreender os desafios enfrentados por uma ciência do jornalismo contemporânea em busca de afirmação.

### A questão do campo

A tensão que permeia a discussão está na concepção dos campos jornalístico e comunicacional. Gislene Silva (2009a) busca em Bourdieu o conceito inaugural de campo, entendido como um espaço social estruturado, onde também encontramos um campo de forças, com disputas de poder. Nesse sentido, o campo jornalístico, para Bourdieu, é “um microcosmos que tem leis próprias, marcado por sua posição no mundo global e pelas atrações e repulsas que sofre da parte de outros microcosmos” (Silva, 2009a). A busca por esses “universos relativamente autônomos” (Bourdieu, 2010, p. 71), como podem ser identificados os “campos”, dá-se a partir de dinâmicas históricas e disputas de poder simbólico. Assim, aponta-se a existência de questionamentos sobre a possibilidade de definição de um campo jornalístico.

Franciscato (2013) sugere que “a questão passa [...] pelas formas de coabitação de grupos diferenciados de pesquisadores em uma área acadêmica comum e, ao mesmo tempo, a sua divisão em subcampos, especializações ou disciplinas” (p. 2). Assim, a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade seriam vistas como elementos constituidores dos campos que procuram por uma “essência”. O autor sustenta que a essência da notícia está no jornalismo, enquanto outros reconhecem a contribuição de outras áreas transversais que colaboram para o entendimento deste fenômeno. Há, neste caso, uma dinâmica que vincula o objeto empírico e prático, próprio do jornalismo, e as matrizes teórico-analíticas, vindas de diversas áreas do conhecimento social.

De acordo com Franciscato,

*[...] há um duplo movimento histórico, tanto de unificação quanto de diversificação do campo. Os dois movimentos se realizam dentro de uma lógica de conflito e disputa que caracteriza um campo científico e, em alguns casos, polariza modelos e agendas programáticas dos defensores da unificação do campo e dos defensores do reconhecimento de sua diversidade (2013, p. 3).*

Sobre a diferenciação dos campos, Silva (2009a) vê na comunicação uma recusa de uma definição disciplinar, enquanto no jornalismo pode-se constatar uma inclinação para a disciplinarização, num esforço para consolidar o que Otto Groth chamou de ciência jornalística.

Conceitos e fundamentos dessa ciência autônoma foram apresentados por Groth em três importantes obras – “O jornal”, “A história da ciência jornalística alemã” e “O poder cultural impercebido”. Marhenke (2006) lembra que, segundo o autor alemão, a sociologia, a psicologia, a ciência literária deveriam ser correlacionadas com o jornalismo apenas de maneira auxiliar. Para Groth, o jornalismo não pergunta a respeito do conteúdo ou sobre os efeitos do acontecimento, “mas ele quer saber como a matéria chega ao jornal, que tipos de pessoas devem ter participado indireta ou diretamente de sua publicação, que caminhos a matéria percorreu até chegar à redação do jornal, quanto tempo levou” (Groth *in* Marhenke, 2006, p. 161). É a “aflição da vida” que faz nascer novas disciplinas científicas, de modo que a vida como um todo e a experiência individual da vida se encontram diante do trabalho científico. É dessa relação entre o universal e o particular que se dá a ligação da vida com a ciência. Essa constatação ganha força a partir da emergência e consolidação de um cenário em que o jornalismo precisa estabelecer diálogos com sistemas externos ao seu – como, por exemplo, aspectos ligados à tecnologia e ao até há pouco tempo chamado público – para justificar sua própria existência.

É dentro desse contexto, e associada ao fortalecimento do campo científico-institucional do jornalismo, evidenciado a partir da criação de revistas acadêmicas, núcleos de pesquisa e programas de pós-graduação especializados, que a disciplinarização surge na “defesa de um território delimitado para a produção e reprodução do saber jornalístico” (Silva, 2009a, p. 200). Franciscato (2013) defende que é em ambientes institucionais que as disciplinas se estabilizam e direcionam a formação de processos de certificação de competências. No Brasil, a área passou a se consolidar no momento em que associações, como a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor), fundada em 2003, e grupos de pesquisa especializados foram instituídos. Em 2007 foi aprovado pela CAPES o primeiro programa de pós-graduação específico de Jornalismo, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que a partir de 2014 passou a contar também com o curso de doutorado. A legitimação da área de concentração na pós-graduação, bem como as atuais Diretrizes Curriculares Nacionais, que apartam o Jornalismo das demais habilitações da Comunicação, influenciam, portanto, a organização do campo.

Por outro lado, é preciso atentar para os obstáculos na busca do estabelecimento de uma episteme jornalística, como evitar confundir o conceito de campo jornalístico com o de campo profissional: quando o olhar do pesquisador fica restrito à prática jornalística, “à expressão material de objetos específicos de pesquisa, impossibilita o afastamento necessário para enxergar o objeto de estudo do campo epistêmico do jornalismo” (Silva, 2009a, p. 203). Nesse sentido, talvez seja interessante observar

a prática jornalística a partir do entrelaçamento com as novas tecnologias como uma maneira de buscar a distância necessária do objeto empírico capaz de encontrar uma possível essência epistêmica do jornalismo. Para isso, é importante sublinhar aspectos dessa prática. Antes, gostaríamos de problematizar minimamente a formação profissional inserida em um contexto que se desloca entre a concentração e a dispersão.

### Os desafios da formação jornalística

Esse deslocamento afeta diretamente as valorações que atravessam faculdades e habilitações da área, as práticas que ali se instauram, os sentidos que ali assumem os discursos sobre o saber jornalístico. A partir de tal constatação, impõem-se as seguintes questões: que tipo de conhecimento é valorizado no ensino de jornalismo? Como este saber é distribuído e atribuído? Trata-se de perguntas relevantes no momento em que as novas Diretrizes Curriculares buscam amenizar a fragilidade teórica do jornalismo por meio da sua instituição como disciplina. Segundo Veiga-Neto (1995), a disciplinaridade é uma tecnologia de subjetivação que determina uma maneira de conhecer. Esse processo estabelece uma formação discursiva sobre o conhecimento, separando a verdade da não verdade e afirmando-o perante um contexto social.

A referida fragilidade é, segundo Eduardo Meditsch (2010), um dos principais motivos para os imbrólios envolvendo a questão da (não) obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício da profissão. Tal discussão remonta à introdução do currículo mínimo, em 1969, e à conseqüente criação da área da Comunicação Social e à formação do “comunicador polivalente”. Tais medidas, diz o autor, fizeram do jornalismo (e da comunicação) uma “quase disciplina”, já que significaram a cisão entre teoria e prática. Embora a formação do “comunicador polivalente” tenha sido abandonada com o tempo, dando lugar às habilitações (Meditsch, 2010, p. 100), a separação permaneceu. Assim, as disciplinas gerais, local da teoria, foram voltadas para a formação polivalente e as disciplinas específicas, técnicas, focaram na habilitação – que ficou desbancada de uma teoria própria e, portanto, fragilizada epistemologicamente.

O autor ainda afirma que, atualmente, uma das dificuldades em desenvolver a teoria do jornalismo é focar os estudos nos efeitos da mídia, em detrimento da produção e prática específicas. Isso acaba criando uma “terra de ninguém”, que viria a ser ocupada por “pesquisadores de outras disciplinas que não a comunicação, atraídos pela relevância do jornalismo e pela brecha a ser preenchida” (p. 101). O autor conclui que a interdisciplinaridade fez com que o Jornalismo fosse levado a sério, mas como objeto de outras áreas. Para fortalecer

a área, Meditsch (2010) destaca os *Journalism Studies*, que oferecem recortes específicos que tensionam a institucionalização, criando um consenso que intensifica determinada epistemologia. Para o autor, o fortalecimento desse tipo de estudo já é visível na criação de programas, linhas de pesquisa e periódicos, citados acima, e também no aumento da bibliografia.

Por sua vez, Levisolo (2002) vê nos currículos dos cursos indicadores de acordos epistemológicos do campo. Um campo consolidado é organizado em um currículo disciplinar, com conteúdos e linguagens específicos; já um campo não consolidado é perceptível por operar em um “currículo-mosaico”. Levisolo propõe classificar o campo também pela ênfase na formação – profissional (voltada para o mercado de trabalho e marcada pelas figuras do perito e do especialista) ou acadêmica (voltada para a transmissão de conhecimentos disciplinares específicos e marcada pelas figuras do pesquisador e do professor). O autor destaca a dificuldade em localizar a discussão epistemológica nos currículos guiados pela formação profissional, caso da Comunicação Social. Preocupada em converter ocupações em profissões, estrutura-se sobre um currículo-mosaico e engloba “conteúdos que podem ir desde a filosofia do conhecimento até a elaboração de uma matéria para o jornal” (Levisolo, 2002, p. 132).

Meditsch (2010) frisa que a grande influência norte-americana nos estudos de jornalismo foi rechaçada pelos “estudos críticos” latino-americanos, o que teria dificultado o desenvolvimento teórico da notícia. Na metade da década de 90, os *Journalism Studies* foram introduzidos no Brasil por meio das coletâneas portuguesas (Wolf, Traquina, Sousa) que hoje são as mais citadas na produção científica do jornalismo nacional. Por outro lado, o autor aponta o problema de tais teorias aparecerem descontextualizadas e a necessidade de sistematizá-las através de uma adaptação à realidade brasileira, porque “o desconhecimento das pesquisas e dos contextos que lhes deram origem” reifica e banaliza tais estudos (p. 107).

Aqui, é oportuno destacar que, de acordo com Adghirni (2006), os primeiros cursos de Jornalismo norte-americanos resultaram de uma reivindicação das associações de imprensa sobre o ensino superior porque viam na formação universitária a legitimidade para a imprensa. Assim, é dessa articulação que “surge a concepção da *Mass Communication*, que seria uma nova disciplina, capaz de atrair mais apoio, poder e verbas do que o campo do jornalismo havia sido capaz na universidade americana até então” (Lima in Adghirni, 2006).

Dentro desse cenário, como ficam as novas formas de produção e distribuição da notícia? Acreditamos que certo protagonismo da tecnologia – mais do que o que vem sendo registrado historicamente – não poderia deixar de incidir fortemente sobre o modo como entendemos a comunicação e o próprio jornalismo. Mas tais definições

dependem da ênfase dada pelos pesquisadores, porque o regime de verdade é constituído por relações de força.

Portanto, o resultado dessas batalhas reverbera não só no texto das Diretrizes, mas também na forma de olhar para a pesquisa da área. Pensar sobre a constituição epistemológica de uma área do saber é pensar sobre as práticas discursivas que lhe dão lugar. O conjunto das relações que liga tais práticas discursivas é o que Foucault (2010) chama de *episteme*. Especificamente, seguir as pistas de como acontecem os processos de epistemologização, cientificidade e formalização é tarefa que busca não questionar o direito do campo de ser uma “ciência”, mas entender a operação que a torna possível. Esse movimento arqueológico parte do entendimento da descontinuidade histórica, e justamente por isso a história dos conceitos não exprime um suposto “refinamento evolutivo”. Pelo contrário: questiona-se como ganham força determinada constituição de validade, regras de uso sucessivas e fundamentos teóricos que as elaboram ou as elaboraram. É seguindo essa linha de raciocínio que compreendemos o alcance do conceito de *episteme* foucaultiano, descrito pelo autor como “o conjunto de relações que podem unir, em uma dada época, as práticas discursivas que dão lugar a figuras epistemológicas, a ciências, eventualmente a sistemas formalizados” (Foucault, 2010, p. 214). É por isso que entendemos que o jornalismo, enquanto disciplina, é resultado de relações de força e de sentido que não se limitam ao “campo científico”.

Segundo Bourdieu (2003), um campo autônomo é um campo com alto grau de retradução, onde as pressões externas são readequadas de tal modo que muitas vezes se tornam irreconhecíveis. Por outro lado, um campo heterônomo é aquele em que as imposições políticas aparecem claramente: assim, uma disciplina “politizada” é, de acordo com Bourdieu, um campo científico heterônomo. Para Foucault, pelo contrário, a ideologia faz parte da ciência – por outro lado, o autor também frisa que isso não é o suficiente para desqualificar as disciplinas.

As contradições científicas muitas vezes dão excelentes pistas do funcionamento ideológico da área; e, para além disso, a retificação das teorias – antes de ser um indício de diminuição da ideologia – pode ser um bom exemplo do resultado (sempre provisório) do embate das forças. De qualquer forma, para Foucault, o que importa é perceber que “Estudar o funcionamento ideológico de uma ciência para fazê-lo aparecer e para modificá-lo [...] é colocá-la novamente em questão como formação discursiva” (2010, p. 208). O foco aqui é tomar a ciência como mais uma prática entre outras práticas. Pensando especificamente na área do jornalismo, vale então problematizar o sistema de formação de nossos objetos de pesquisa: quais são validados? Quais não são? Que lei rege nossas escolhas – e o que aí está em disputa?

Para a descontinuidade histórica, a produção de um discurso considerado válido sobre determinado assunto passa pela articulação de diferentes elementos. Assim, entendemos que eventuais deslocamentos nas práticas jornalísticas dependem da articulação entre elas e um modo específico de reconhecimento do presente. Tanto as práticas da redação quanto as práticas da academia são espaços singulares de disputas que ajudam a definir o que é o jornalismo. Mesmo que o regime de práticas da academia e o dos profissionais da notícia guardem distância entre si, o mercado e a universidade são aparelhos de saber que produzem e fazem circular um regime de verdade sobre o jornalismo.

Os chamados “passaralhos” são cada vez mais comuns: sucessivamente, vários veículos jornalísticos fecham postos de trabalho na tentativa de enfrentar a crise. E, nesse cenário, muitos profissionais usam a criatividade para garantir alguma remuneração. Novas práticas aparecem, na maioria das vezes profundamente ligadas às novas tecnologias. Diante de tal deslocamento profissional – e que é também cultural, econômico e jurídico – parece-nos pertinente questionar *se e como* as práticas científicas acompanham esse movimento. Partindo do pressuposto de uma “*episteme*”, diferentes práticas discursivas compõem o pano de fundo disciplinar. E não há como negar que o pano de fundo do jornalismo tem mudado – e mudado rapidamente.

A proposta do diagnóstico, como ensina Foucault (2010), longe de ser uma tentativa de prever o futuro, busca entender o que não nos serve mais e perceber quais são as críticas que estamos dispostos a admitir como válidas no processo de reconfiguração do jornalismo contemporâneo. Que caminhos são apontados como válidos? Por que estes e não outros? Não interessa chegar a um modelo de ciência verdadeira, mas antes compreender como se dá o processo de fortalecimento de uma determinada forma de conceituar a ciência do jornalismo.

As mídias tradicionais e as novas possibilidades de emissão convivem neste tempo que desloca velhos valores e produz outras formas de vida. São muitas as informações que possibilitam outras visadas de mundo, alternativas àquelas difundidas pelos veículos e empresas da Indústria Cultural. O jornalismo, cada vez mais, também é construído pelas mídias alternativas e outras formas inovadoras de produção e circulação de conteúdo.

A expansão das novas tecnologias ajuda a difundir outros pontos de vista. Contudo, o controle e a vigilância presentes no ciberespaço também são determinantes para o alcance de abordagens alheias ao discurso hegemônico. Tais controles evidenciam o quanto elementos não humanos, em princípio externos ao jornalismo, concorrem para determinar as práticas de produção e de circulação da notícia – seja na visibilidade das versões minoritárias, seja

nas novas rotinas das redações, cada vez mais dependentes da apuração digital, por exemplo. Vejamos.

### A prática jornalística atravessada pela tecnologia

Dois pontos podem ser evidenciados na discussão acerca de uma epistemologia própria do jornalismo. Um deles diz respeito à dependência de teorias de outras áreas, como a sociologia, por exemplo; o segundo aspecto é o que parte da prática profissional para a compreensão de um campo jornalístico. Mas quando falamos em prática jornalística, hoje não apenas o seu produto final, a notícia, é evidenciado. O processo de produção do jornalismo surge envolvido por uma série de aparatos tecnológicos que integram essa prática e a alteram em alguns aspectos.

Em setembro de 2012, o jornalista Steve Buttry apresentou uma conferência no encontro da Associação de Jornais do Arizona, nos Estados Unidos, na qual ele convidou os profissionais presentes a abraçarem o desconforto gerado pela tecnologia, incorporando-a em suas rotinas, procurando entender como ela pode melhorar a produção jornalística ou pelo menos adaptá-la aos novos tempos. “Jornalistas e líderes de empresas de notícias precisam mudar até que isso pare de incomodar. É preciso ficar confortável dentro da zona de desconforto” (Buttry, 2012).

O que Buttry quis dizer é que, independentemente da ferramenta, a tecnologia veio para ficar e que não adianta assumir um comportamento de negação. Embora seja uma constatação diretamente ligada à prática profissional e ao ensino do jornalismo, a observação de Buttry serve como gancho para pensarmos em um desconforto em relação à tecnologia que parece transcender a capacitação instrumental necessária para incorporá-la à prática jornalística. Trata-se de um tema que reforça indagações epistemológico-existenciais do jornalismo.

O relatório Estado da Mídia de 2014, publicado pelo Instituto Pew (Pew, 2014), mostra que não só negócios digitais alternativos à imprensa tradicional cresceram no último ano, como a publicidade na mídia impressa (o grande pilar de sustentação dos jornais) caiu 49% de 2003 a 2013, nos Estados Unidos. Já o relatório Jornalismo Pós-Industrial, da Universidade Columbia, observa que, em um mundo cada vez mais conectado, é “cada vez mais provável que a primeira descrição dos fatos seja feita por um cidadão conectado, não por um jornalista profissional” (Anderson *et al.*, 2013, p. 43).

Poderíamos afirmar que os documentos mostram uma tendência: o jornal impresso vem perdendo terreno. Um dos motivos seria o crescente número de produtos digitais alternativos, em geral mais predispostos (ideológica e tecnologicamente) a trabalhar com a ideia de que, muitas vezes, a primeira versão dos relatos não será feita pelos seus jornalistas, e sim por um cidadão conectado, algo cada vez

mais comum em uma sociedade em rede. No entanto, na hora de se debruçar sobre a especificidade do jornalismo, a maioria dos esforços ainda define o jornalista como o profissional que sabe identificar o que é notícia e como produzi-la. E, como diz Hughes, os jornalistas “reclamam o direito exclusivo à prática” (Hughes *in* Traquina, 2005, p. 21). Esses mesmos esforços buscam a especificidade do jornalismo na notícia, tratada como objeto.

Não queremos negar esses dois importantes pressupostos. Mas, embora haja importantes iniciativas para analisá-los à luz de uma sociedade em rede, tem-se a impressão de ainda estarem assentados em noções confortáveis – para seguir utilizando a metáfora de Buttry –, criadas para tentar explicar o jornalismo que foi feito ao longo do século XX. Talvez esteja na hora de tirá-los da zona de conforto, observá-los com mais atenção, quem sabe ampliá-los, ou modificá-los.

Dois exemplos ajudam a entender o exposto acima. O primeiro, já bastante conhecido, é o caso de Sohaib Athar, o analista de TI que foi o primeiro a informar, pelo Twitter, sobre a operação que resultou na morte de Osama bin Laden, no Paquistão, em 2011. O segundo é mais recente, embora não seja exatamente a primeira iniciativa do tipo. Trata-se dos planos executados por agências de notícias como a AP de que robôs, ou seja, códigos de programação, e não jornalistas, escrevam determinados tipos de notícia sobre economia (Beaujon, 2014), tópico explorado por Träsel (2013). São dois exemplos extremos, evidentemente. É provável que grande parte do mundo tenha ficado sabendo da morte de Bin Laden por meio de veículos de imprensa, e não pelos *tweets* de Athar ou de qualquer outra pessoa conectada. E as notícias escritas por códigos da AP não são necessariamente matérias, e sim informações econômicas extraídas de banco de dados e colocadas em ordem de modo a serem aproveitadas por pessoas interessadas no assunto, inclusive jornalistas especializados.

Mas ambos demonstram uma permeabilidade cada vez mais evidente do campo jornalístico a outras áreas (Franciscato, 2013). Se é mais ou menos clara a dependência do jornalismo de conceitos oriundos da sociologia, linguística e psicologia, hoje impõe-se a inserção das tecnologias de informação. Mas não apenas dos objetos tecnológicos, e sim de uma nova ecologia jornalística. Como diz Gomes ao discutir a construção de uma metodologia para a midiatização, “os dispositivos tecnológicos são apenas uma mínima parcela, a ponta do iceberg, de um novo mundo” (2013, p. 136). Há, portanto, um debate sobre a complexificação que não pode ser ignorado, e que transcende a questão instrumental e material.

Isso nos leva ao esforço de Gislene Silva em “focar a discussão no conceito de campo epistêmico para expressar com mais clareza qual o conhecimento jornalístico a que nos referimos” (2009a, p. 199). Para ela, deve-se pensar o jornalismo para além do objeto empírico (a notí-

cia) e da prática profissional (Silva, 2009b, p. 178). Talvez este momento de desconforto seja o ideal para tal tarefa. Porque se Silva defende que o objeto do jornalismo não está na materialidade da notícia em qualquer que seja sua manifestação empírica – desde os primeiros jornais impressos até os mais desenvolvidos aparatos tecnológicos –, a partir do momento em que o jornalismo perde a exclusividade sobre parte do processo de construção da notícia, impõe-se a necessidade de justificar a atividade jornalística a partir de uma sustentação que transcenda a materialidade do objeto ou da prática profissional, outro pilar definidor do que seria o jornalismo. Poderíamos nos questionar se talvez não seja devido a isto o desconforto que a classe profissional sente na hora de ter de encarar não só a tecnologia em si, mas o público, que agora também acessa os meios, tendo “descoberto”, inclusive, os “segredos” de alguns processos jornalísticos.

Sem falar que a própria materialidade da notícia se torna cada vez mais complexa, fortalecendo a ideia de permeabilidade do jornalismo a outras áreas. Daniela Bertocchi (2014), dando continuidade aos estudos de Barbosa (2007), Machado (2006), Mielniczuk (2006) e Ramos (2012), acredita que, com a naturalização dos sistemas digitais no processo jornalístico, a notícia se complexificou, passando “a ser portanto, necessariamente, um ato coletivo entre humanos e não humanos” (Bertocchi, 2014, p. 6). Para ela, já não há a “possibilidade de sustentar a ideia do formato de notícia como o produto final da cadeia de produção jornalística digital” (Bertocchi, 2014, p. 1), pois o simples ato de escrever o texto, ação fundamental e determinante para a constituição do produto jornalístico, transformou-se em uma composição narrativa construída em camadas nas quais atuam humanos e robôs (banco de dados, softwares, códigos, etc.), “tendo como objetivo uma narrativa centrada nos usuários” (Bertocchi, 2014, p. 13).

Bertocchi não nega importância da notícia, seja ela em sua estrutura ou em sua função social: muito pelo contrário. Mas seu estudo sugere não ser mais possível seguir sustentando que “uma teoria do jornalismo deve centrar-se no produto jornalístico – a notícia jornalística, explicando como surge, como se difunde e quais os efeitos que gera” (Sousa, 2005, p. 3) – pelo menos da forma até então normalmente estudada. Silva, embora acredite que “o trabalho da Teoria do Jornalismo começa pela problematização do conceito de notícia” (Silva, 2009a, p. 10), amplia a questão:

*O objeto de estudo do Jornalismo, então, deve ser a singularidade da perspectiva que busca a explicação ou a compreensão de um fenômeno social específico que se manifesta de incontáveis modos, desde os mais visíveis materialmente, atraentes à observação empírica, até situações de comunicação jornalística impalpáveis, incorpó-*

*reas. Tais manifestações jornalísticas se transformam historicamente, como ação política, estratégia de negócio, discurso e narrativa, dispositivo tecnológico, mediação de sensibilidade, experiência estética e cultural, circunscritas todas na relação entre sujeitos sociais* (Silva, 2009a, p. 9, grifos da autora).

Por sua vez, Lopes, em um texto de 1997, defende que, de maneira geral, sempre se procurou pensar jornalismo sob os ideais do pensamento moderno, mas que isso deve ser deixado de lado pelo simples fato de que o período moderno – e toda lógica que o sustentava – não funciona mais. Para ele, a derrocada da Modernidade rompe com suas dicotomias típicas, que dão lugar a um mundo mais complexo, em que zonas híbridas e sem fronteiras distintas vão se configurar como os espaços de disputa de sentido (Lopes, 1997, p. 6).

Dito isso, voltemos aos exemplos do paquistanês Athar e das notícias escritas por robôs da agência AP. Ambos, no nosso entender, ajudam a ilustrar as questões propostas por Silva, Bertocchi e Lopes. Pois tanto o cerne da prática jornalística (a produção de notícias) como o resultado desta prática (a notícia em si) são transfigurados pelo ambiente tecnológico, retirando o jornalismo da dicotomia emissão-recepção e o jogando em uma zona de disputa com quem até há pouco era definido apenas como público. Ou seja, se a ideia de enxergar a singularidade do jornalismo a partir de suas práticas e do seu objeto empírico já era frágil antes da incorporação inevitável da tecnologia digital na rotina jornalística, agora reina o desconforto, pois tudo foi colocado no caldeirão da complexidade contemporânea.

O fato evidente de que o jornalismo está se transformando, sendo forçado a abrir suas estruturas sistêmicas, parece escancarar um cenário até então encoberto: a necessidade de se buscar uma essência do jornalismo que transcenda a materialidade da notícia e das práticas consolidadas na literatura e nos manuais de jornalismo – sem, no entanto, desconsiderar a importância de ambos.

Lopes (2012), ao estudar a identidade do jornalista no Brasil no início do século XXI, não só aponta que “as novas tecnologias digitais e a internet abrem mais campos e possibilidades para o trabalho do jornalista ser realizado diretamente com o público, sem mediação de uma empresa” (Lopes, 2012, p. 261), portanto sem a estrutura clássica da redação na rotina profissional, mas também, igualmente em função da tecnologia, que mais sujeitos puderam “se autodefinir como pertencentes ao grupo” de jornalistas (Lopes, 2012, p. 261), o que “deve ser considerado como indício de um tensionamento nas fronteiras da identidade que, historicamente, se calçou na imagem, nas posturas e nas instituições profissionais” (Lopes, 2012, p. 262).

Bertocchi, ao pensar sobre o sistema narrativo jornalístico digital, diz:

*Dados, metadados e formatos têm a mesma importância no processo de composição da narrativa no jornalismo digital e ignorar uma dessas camadas pode representar uma perda comunicativa. Isso significa afirmar que o modelo assume que jornalistas desenvolvam competências e habilidades para selecionar, confeccionar, modelar, manipular e articular dados, metadados e formatos dentro de uma visão sistêmica do que seja narrar em meio digital (Bertocchi, 2014, p. 10).*

Se a notícia é “um dos fenômenos mais visíveis que dão reconhecimento público ao jornalismo nas sociedades” (Franciscato, 2013, p. 6), aos poucos vamos nos dando conta de que a parte visível é, como nos mostra Bertocchi, apenas a ponta do iceberg, como disse Gomes, e que para visualizá-lo, os jornalistas precisam rever suas práticas profissionais, abrindo o jornalismo (Silva, 2009a) para além do “empirismo descritivo” (Silva, 2009a, p. 204). Para isso, diz Gislene Silva, é preciso também esforço político, já que “conflitos epistemológicos seriam, inseparavelmente, políticos” (Silva, 2009b, p. 199).

As tecnologias digitais acrescentam novas possibilidades de narrar, apurar e distribuir notícias e exigem novas competências dos profissionais do jornalismo. Estas habilidades, aliadas ao conhecimento teórico e reflexivo sobre a prática, podem ser também incluídas na problematização epistemológica aqui proposta. As transformações que a emergência das novas tecnologias trouxe colocam em xeque não só uma teoria do jornalismo fechada na mídia hegemônica, mas também a definição do que é a comunicação. Todo e qualquer conceito é inscrito no tempo e no espaço. Uma ciência estática não faz outra coisa a não ser afastar-se de seu objeto.

Diferentes perspectivas, tanto sobre os fenômenos do jornalismo ou da comunicação quanto sobre a definição do que deve ser abarcado ou não por tais ciências, entram na luta pela construção do objeto. Este é deslocado à medida que novas perguntas aparecem e alteram os modos de ver e de perceber os processos comunicacionais.

### Considerações finais

O surgimento do jornalismo se deu – entre outras motivações – a partir da observação da forma como acontecimentos e informações eram narrados e difundidos já no século XVII, com Peceur. Essa abordagem indica uma clara relação do jornalismo com a sua prática. Mas ele não pode ser reduzido a isso. Sua consolidação, tanto no mercado quanto na academia, exige que se discuta a sua própria constituição e o seu papel diante de diferentes contextos. É imperativo superar paradigmas modernos que ainda envolvem muitos olhares sobre o fazer jornalístico.

Parece importante problematizar o impacto de novas práticas sobre o jornalismo. Práticas de redação e apuração, claro, mas também os novos vínculos de trabalho e seus efeitos sobre os jornalistas; os controles tecnológicos presentes na rede mundial de computadores e os limites que impõem à replicação da notícia; a regulamentação das trocas online e seu impacto na proliferação do conteúdo digital. Esses e outros fatores vêm transformando os modos de fazer e/ou de reconhecer o jornalismo, de validá-lo, de difundi-lo. Como essas mudanças aparecem na produção científica da área? De que modo esses elementos entram na ordem discursiva do jornalismo na academia? E quais serão os efeitos sociais e políticos da composição dos nossos objetos de pesquisa?

Dentro da discussão sobre a constituição de um campo acadêmico próprio, será mesmo que “O desafio que se coloca agora é crescer e consolidar a singularidade do campo do jornalismo como produtor de sentidos e como forma de conhecimento dentro das ciências sociais” (Adghirni, 2006, p. 61)? Questionamos nesse posicionamento a ideia da constituição de um campo autônomo, já que as dinâmicas do jornalismo também estão sujeitas “às sucessivas penetrações conceituais transversais sob as quais estes estudos historicamente se constituíram” (Franciscato, 2013, p. 14). A valorização de transversalidades e pluralidades pode fazer avançar o conhecimento sobre objetos e práticas do jornalismo, algo crucial para defender sua autonomia.

### Referências

- ADGHIRNI, Zélia Leal. 2006. O lugar do Jornalismo na Comunicação. *Revista Líbero*, 9(17):51-62.
- ANDERSON, C.W.; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. 2013. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. *Revista de Jornalismo ESPM – edição brasileira da Columbia Journalism Review*, 2(5):30-89.
- BARBOSA, Suzana. 2007. *O paradigma “Jornalismo Digital em Base de Dados”: modos de narrar, formatos e visualizações de conteúdos*. Salvador, BA. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, 331 p.
- BEAUJON, Andrew. 2014. *AP will use robots to write some business stories*. Disponível em: <http://www.poynter.org/latest-news/mediawire/257245/ap-will-use-robots-to-write-some-business-stories/>. Acesso em: 20/07/2015.
- BERTOCCHI, Daniela. 2014. Dos dados aos formatos: o sistema narrativo no jornalismo digital. In: ENCONTRO ANUAL DA COM-PÓS, XXIII, Belém, PA, 1:1-18.
- BOURDIEU, Pierre. 2010. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 322 p.
- BOURDIEU, Pierre. 2003. *Os usos sociais da ciência*. São Paulo, UNESP, 86 p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2013. *Parecer CNE/CES n. 39/2013*. Homologação as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo. Disponível em: <http://portal.mec.gov>.

- br/index.php?option=com\_docman&view=download&alias=13063-pces039-13-pdf&category\_slug=maio-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15/05/2014.
- BUTTRY, Steve. 2012. *Embrace discomfort: my address to the Arizona Newspaper Association*. Disponível em: <http://stevebuttry.wordpress.com/2012/09/29/embrace-discomfort-my-address-to-the-arizona-newspapers-association/>. Acesso em: 20/07/2015.
- FOUCAULT, Michel. 2010. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 236 p.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo. 2013. As fronteiras do campo do jornalismo: uma análise a partir da notícia como objeto de estudo. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, XXII, Salvador, 2013. *Anais...* Salvador, BA, 1:1-17.
- GOMES, Pedro Gilberto. 2013. Como o processo de midiaticização (um novo modo de ser no mundo) afeta as relações sociais? In: J.L. BRAGA et al. (orgs.), *Dez perguntas para a produção de conhecimento em comunicação*. São Leopoldo, Unisinos, 182 p., p. 127-139.
- LEVISOLO, Hugo. 2002. Epistemologia prática no campo da comunicação. *Revista Contracampo*, (7):125-140.
- LOPES, Fernanda Lima. 2012. *Jornalista por canudo: o diploma e o curso superior na construção da identidade jornalística*. Rio de Janeiro, RJ. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 316 p.
- LOPES, Marcelo. 1997. Epistemologia do jornalismo litigioso. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, XX, São Paulo, 1997. *Anais...* São Paulo, SP, 1:1-17.
- MACHADO, Elias. 2006. *Jornalismo digital em bases de dados*. Florianópolis, Calandra, 152 p.
- MARHENKE, Karl-Ursus. 2006. O poder dos jornais, segundo Otto Groth. In: B. MAROCCO, C. BERGER (orgs.), *A era glacial do jornalismo*. Porto Alegre, Sulina, p. 155-181.
- MEDITSCH, Eduardo. 2010. Profissão derrotada, ciência não legitimada. *Brazilian Journalism Research*, 6(1):97-113.
- MIELNICZUK, Luciana. 2006. *Jornalismo na Web: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual*. Salvador, BA. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, 246 p.
- PEW INSTITUTE. 2014. *State of the News Media*. Washington, DC, 26 de março. Disponível em <http://www.journalism.org/2014/03/26/state-of-the-news-media-2014-overview/>. Acesso em: 20/07/2015.
- RAMOS, D.O. 2012. *Formato: condição para a escrita do jornalismo digital de bases de dados: Uma contribuição da Semiótica da Cultura*. São Paulo, SP. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 146 p.
- SALAVERRÍA, Ramón. 2006. Formar periodistas en la era de Internet. Revista de la Fundación Global Desarrollo y Democracia. Informe especial, sem paginação. Disponível em: [http://dadun.unav.edu/bitstream/10171/7379/1/formar\\_periodistas\\_en\\_la\\_era\\_de\\_internet0001.pdf](http://dadun.unav.edu/bitstream/10171/7379/1/formar_periodistas_en_la_era_de_internet0001.pdf). Acesso em: 20/07/2015.
- SILVA, Gislene. 2009a. De que campo do jornalismo estamos falando? *Matrizes*, 3(1):197-212.
- SILVA, Gislene. 2009b. Sobre a imaterialidade do objeto de estudo do Jornalismo. *E-Compós*, 12(2):1-14.
- SILVA, Gislene. 2004. Da necessidade dos estudos de jornalismo (entrevista com Nelson Traquina). *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 1(2):199-207.
- SILVA, Tomás Tadeu da. 2002. Dr. Nietzsche, curricularista – com uma pequena ajuda do professor Deleuze. In: A. MOREIRA, E. MACEDO (orgs.), *Currículo, práticas pedagógicas e identidades*. Porto, Porto Editora, p. 35-52. Disponível em: <http://www.cefetes.br/gwdocpub/Pos-Graduacao/Especializa%C3%A7%C3%A3o%20em%20educa%C3%A7%C3%A3o%20EJA/Publica%C3%A7%C3%B5es/anped2001/textos/t1299570907599.PDF>. Acesso em: 20/07/2015.
- SOUSA, Jorge Pedro. 2007. Pesquisa em jornalismo: o desbravamento do campo entre o século XVII e o século XIX. *Verso e Reverso*, 21(46), sem paginação. Disponível em: <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/versoereverso/article/view/5773/5231>. Acesso em: 20/07/2015.
- SOUSA, Jorge Pedro. 2005. Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma teoria do jornalismo. *Revista Estudos de Jornalismo e Mídia*, 2(1):73-92.
- TRÄSEL, Marcelo. 2013. Toda resistência é fútil: o jornalismo, da inteligência coletiva à inteligência artificial [All Resistance is Futile: Journalism, from Collective Intelligence to Artificial Intelligence]. In: *Interacções Em Rede [Networked Interactions]*, edited by Alex Primo, Porto Alegre, Brazil, Sulina, 1:191-210.
- VEIGA-NETO, Alfredo. 1995. Michel Foucault e educação: há algo de novo sob o sol? In: A. VEIGA-NETO (org), *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre, Sulina, p. 9-56.

Submetido: 10.12.2014

Aceito: 03.08.2015